confins
REVUE FRANCO-BRÉSILIENNE DE GÉOGRAPHIE
REVISTA FRANCO-BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Traduções

2023

Fronteira interna e frente pioneira: o caso de Guayana (Guiana da Venezuela)

Frontière intérieure et front pionnier : le cas de la Guayana (la Guyane du Venezuela)
Internal border and pioneer front: the case of Guayana (Venezuelan Guyana)

Anne Péné-Annette
Tradução de Tradução de Débora Fialho Goulart; revisão de Patrícia Reuillard (UFRGS)

https://doi.org/10.4000/confins.51279

Este artigo é uma tradução do:
Frontière intérieure et front pionnier [fr]

Resumo | Índice | Mapa | Texto | Bibliografia | Notas | Ilustrações | Citação | Autores

Resumos

PORTUGUÊS | FRANÇAIS | ENGLISH

A Guiana da Venezuela (Guayana), parte ocidental do Planalto das Guianas, tem a dupla função de fronteira interna e internacional. Desenvolveu-se como parte de um projeto de ordenamento regional, caracterizando-se como uma frente pioneira mineira e industrial. Esse desenvolvimento favoreceu a abertura das fronteiras e o surgimento de dinâmicas transfronteiriças, em razão das redes de transporte. A grave crise econômica na Venezuela está acelerando o declínio econômico e acentuando a desorganização nesses espaços fronteiriços.

Entradas no índice

Index de mots-clés : frontière intérieure, front pionnier, aménagement, Guyane du Venezuela, État Bolívar

Index by keywords: internal border, pioneer front, development, Guyana of Venezuela, State of Bolívar.

Índice geográfico: Guyana of Venezuela, State of Bolívar, Venezuela

Índice de palavras-chaves: fronteira interna, frente pioneira, desenvolvimento, Guiana da Venezuela, Estado de Bolívar.

Mapa

Redes de transporte e surgimento das dinâmicas transfronteiriças
As dinâmicas de "fronteira ativa" perturbadas
Conclusão

Texto integral

PDF Freemium

Visualizar a imagem

1 O desenvolvimento de uma frente pioneira ou borda pioneira baseia-se na conquista de territórios até então inabitados ou que tenham baixa densidade populacional. Como destaca Hervé Théry, "uma das maiores características da América Latina, até os dias de hoje, é que entre os núcleos populacionais encontram-se imensos espaços de baixíssima densidade populacional, e é somente nesse continente que ainda encontramos esses 'vazios' de várias centenas ou milhares de quilômetros quadrados. Hoje em dia, muitos desses espaços são progressivamente ocupados, e é ali que se desenvolvem as frentes pioneiras atuais (...)" (THÉRY, 2012, p. 198). Esse processo fez recuar a fronteira interna em benefício de um espaço antropizado, segundo os critérios de uma sociedade industrializada, e em detrimento de um espaço natural, muitas vezes habitado por povos nativos. A colonização dos espaços naturais pelas "frentes agrícolas" ou "frentes mineiras" foi, e ainda é, muitas vezes sustentada por programas estatais de ordenamento territorial e justificada por um discurso que defende o crescimento econômico e a modernização técnica. Assim, "a maioria dessas frentes pioneiras[1] já concluíram seu ciclo de vida incorporando as regiões em que elas se desenvolveram a seus respectivos territórios nacionais, mas algumas ainda estão ativas, principalmente na América do Sul, um dos raros espaços no mundo onde ainda existem terras livres, capazes de acolhê-las". (THÉRY, 2012, p. 194).

2 As frentes pioneiras agrícolas, bem como as baseadas na exploração de minérios e hidrocarbonetos, desempenham um papel fundamental nas transformações territoriais e paisagísticas da maioria dos países da América Latina. A Guiana venezuelana (ou *Guayana*), a oeste do Planalto das Guianas, é, a nosso ver, uma dessas regiões de "fronteira interna ativa". Essa região geográfica e administrativa da Venezuela[2] agrupa os estados Bolívar, Amazonas e Delta Amacuro[3] (ver Imagem 1). Lá, essa região também é chamada de *Sur* (o Sul), pois se situa ao sul do Orinoco, maior rio do país e que marca a transição entre uma Venezuela que é ordenada e povoada e uma Venezuela que é canteiro de futuras grandes obras nacionais e pulmão florestal. Assim, a margem direita do Orinoco pode ser considerada como o início da fronteira interna que se estende até a fronteira com o estado brasileiro de Roraima. No leste, a fronteira entre a Venezuela e a Guiana, contestada pelas duas nações, é, de forma recorrente, uma questão sensível e fonte de tensões desde o fim do século XIX (FLEMING, 2021, p.148).

3 A questão que nos interessa aqui é saber quais foram as etapas da construção da fronteira interna "ativa" da Guayana e em que medida ela participa das dinâmicas transfronteiriças. Essa pesquisa baseia-se principalmente em uma revisão da literatura científica e dos relatórios publicados por órgãos públicos ou privados e em uma análise de textos jornalísticos. Essa coleta de dados é complementada por mapas topográficos, dados de sensoriamento remoto e estatísticos. A metodologia consistiu no cruzamento dessas fontes com observações feitas em campo e em entrevistas informais. As observações em campo foram realizadas graças a missões no estado de Bolívar, cada uma delas durando várias semanas. O período das missões mais frequentes foi de 2002 a 2012[4]. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com agentes de diferentes setores econômicos, administrações, coletivos territoriais e representantes da sociedade civil[5].

4 Buscamos saber quais foram as etapas de construção da fronteira interna "ativa" da Guayana e em que medida ela participa das dinâmicas transfronteiriças.

5 Para responder a essa questão, nós nos concentraremos, em um primeiro momento, no espaço enquanto frente pioneira de mineração, estreitamente ligado a uma política de ordenamento muito controlado pelo Estado central. Em seguida, mostraremos como essa fronteira interna esteve associada ao surgimento de dinâmicas transfronteiriças, devido à melhoria das redes de transporte. Por fim, destacaremos que tais recomposições territoriais foram abaladas em razão da grande crise econômica na Venezuela, agravada pela pandemia de Covid-19.

Mapa 1: a Guayana, borda fronteiriça e frente pioneira extrativista.

Aumentar Original (jpeg, 167k)

6 Na escala do continente americano, a Guiana venezuelana constitui uma das frentes pioneiras de mineração e energia mais ordenadas, em particular porque gerou um desenvolvimento urbano e industrial polarizado por Ciudad Guayana, motor do ordenamento regional da frente pioneira no sul do Orinoco (ver Mapa 1). Em cinquenta anos, essa nova cidade tornou-se a metrópole da região, ultrapassando um milhão de habitantes em 2021. O conjunto do planejamento regional foi realizado pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG), órgão que depende diretamente do governo central, mesmo que sua sede esteja em Ciudad Guayana.

7 Os princípios iniciais de ordenamento da CVG, no começo dos anos 1960, fazem eco ao que destacou Jeanine Brisseau-Loaiza: "a Venezuela procura hoje incorporar uma vasta fronteira interna, Llanos e Guiana, rica em possibilidades agrícolas e mineiras, mas pouco povoada, a fim de resolver os desequilíbrios no local e de conter as ambições de seus vizinhos." (BRISSEAU-LOAIZA, 1982, p.233). O rico período de ordenamento do território, dos anos 1960 a 1980, privilegiou a criação do grande polo industrial de Ciudad Guayana, enquanto a instauração de uma política de substituição das importações foi encorajada, principalmente, pelos programas da CEPAL[6]. Na Venezuela, corporações regionais de planejamento, como a CVG, instituíram-se para contribuir para o ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico local quando o país vivia um período de forte crescimento econômico[7].

8 Esse planejamento territorial tinha como objetivo, entre outros, limitar o crescimento urbano desenfreado na região metropolitana de Caracas. O oeste do país era considerado uma região chave a ser desenvolvida, a partir do estado de Zulia – em torno de Maracaibo – polo petroquímico então em plena expansão. No entanto, o Grande Leste, que inclui o Oriente e a Guayana, tornava-se prioridade para o desenvolvimento nacional, devido ao baixo nível socioeconômico dessa região em relação ao restante do país e de seu potencial em matérias primas. A escolha da criação de um polo no estado de Bolívar, motor de uma frente pioneira, em razão de suas riquezas minerais, estava também ligada ao desafio geoestratégico da situação fronteiriça com a Guiana. A partir do início dos anos 1980, uma grave crise econômica provoca uma pausa nos macroprojetos de planejamento e nos grandes investimentos em infraestrutura.

9 No entanto, a CVG foi a única corporação de ordenamento regional do país que continuou a desempenhar um papel fundamental nos projetos de recuperação econômica, especialmente a industrial, apesar dos imprevistos e da diminuição do seu poder de controle. A partir dos anos 1990, uma fase de desindustrialização é seguida por uma retomada por grupos privados de parte das siderúrgicas e da produção de alumínio que pertenciam à CVG. A mão de obra nessas empresas diminuiu enquanto a produção se manteve na medida do possível.

10 Posteriormente, o governo bolivariano[8] desejou recuperar o grande setor industrial não petrolífero, ao passo que uma fase de rápida desindustrialização vinha acontecendo desde os anos 2000. Em 2009, a CVG, cada vez mais controlada pelo Estado, redefiniu suas prioridades de planejamento com o programa chamado *Plan Socialista Guayana*, cujo objetivo era reforçar um sistema de produção gerenciado mais diretamente pelos trabalhadores. A empresa siderúrgica nacional SIDOR[9], que continuou pública, era a mais afetada enquanto carro chefe da política industrial desde os primórdios do planejamento guianês. A crise econômica, agravada desde 2015, suspendeu as tentativas de recuperação e acelerou a desindustrialização. As usinas produziam, no máximo, um quarto de sua capacidade de produção total.

11 Ao mesmo tempo, a exploração de minérios também é sustentada através do *Plan Socialista Guayana*, pela filial da CVG, a CVG-MINERVEN. Esse programa completa o do *Arco Minero del Orinoco*, empreendido pelo Ministério do Desenvolvimento Mineiro desde 2016, cuja expansão prevista cobre a margem direita do Baixo Orinoco (ver Mapa 1). Esses programas aumentam a exploração das zonas de mineração geridas pelo Estado[10]. A lei de nacionalização do setor minerador em 2011 teve por objetivo controlar o crescimento da atividade mineradora clandestina, em particular nas áreas fronteiriças. O governo finalmente decidiu, no início de 2013, confiar a responsabilidade da gestão e do controle da exploração aurífera a uma corporação mineradora venezuelana ligada à filial industrial da empresa petrolífera nacional *PDVSA*, o que reduziu o controle pelo órgão de gestão regional, a CVG.

12 Assistimos, portanto, à reprimarização da economia pelo fortalecimento da economia extrativista: "ambientalismo nacional-populista (...) que busca um maior controle nacional sobre os recursos naturais a fim de redistribuir a renda para o povo." (LE QUANG, 2019, p.70). No entanto, no caso estudado, a redistribuição da renda é praticamente nula desde a aceleração da hiperinflação, acentuada a partir do embargo americano de 2019, sancionando, entre outros, as exportações dos produtos petrolíferos e minerais da Venezuela.

13 As minas constituem a estrutura da frente pioneira, com implantações diferentes de acordo com cada tipo de minério. Para o minério de ferro (ver Mapa 1), os três principais locais de extração, todos a céu aberto, são Cerro Bolívar – de longe, o mais importante no que diz respeito às reservas –, no sudoeste de Ciudad Guayana, El Pao, ao sul de Ciudad Guayana, e por fim, San Isidro, a uns 20 km a leste de Cerro Bolívar. No começo do século XXI, as minas mais exploradas se localizavam nos dois primeiros locais, enquanto a mina de Cerro Bolívar, a primeira a ser explorada a partir dos anos 1950, estava em fase de redução devido ao esgotamento das reservas e do envelhecimento das estruturas.

14 Já as minas de bauxita (ver Mapa 1) se concentram na área de Los Pijiguaos, no limite oeste da Serranía de Cerbatana, a nordeste de Serranía de Los Pijiguaos, cerca de 500 km a sudoeste de Ciudad Guayana. A exploração de bauxita, a céu aberto, a partir de 1976, foi a origem da indústria de alumínio no local. O transporte do mineral é feito através do Orinoco até os terminais da zona industrial de Matanzas, em Ciudad Guayana.

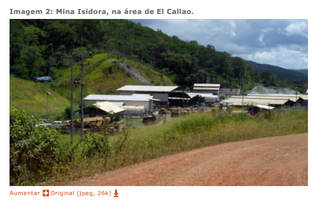
15 No entanto, a expansão da frente pioneira é ligada sobretudo ao desenvolvimento do setor aurífero, a leste de Gran Sabana, de ambos os lados da rota pan-americana, que se estende da borda oriental do Planalto das Guianas de Gran Sabana até a fronteira com o Brasil (ver Mapa 1). A exploração das minas de ouro começou a partir do século XVII e originou a cidade de El Dorado. Desde o fim do século XIX, fases de crescimento e redução da exploração aurífera se alteram. Por exemplo, a partir dos anos 1980, uma fase de recuperação deveu-se, em parte, aos primórdios da desindustrialização e ao fim do período das grandes obras, o que levou ao retorno de parte da mão de obra para El Dorado. Três zonas geográficas podem ser citadas: do norte ao sul, a zona de El Callao, depois a de El Dorado no "km zero" e, por fim, a do "km 88", em especial com as minas de Las Claritas[11].

Imagem 1: Entrada de uma zona de exploração aurífera. El Callao (Estado Bolívar)

Aumentar Original (jpeg, 497k)
Fonte: arquivo pessoal, julho de 2012.

Cartaz na entrada da mina Isidora, na área de El Callao. À esquerda está escrito "MINERA VENRUS, impulsionar novamente a produtividade mineradora VENEZUELA-RÚSSIA", com a foto do presidente Hugo Chávez à direita em primeiro plano e a de representantes dos dois países na entrada da mina, ao centro.

Imagem 2: Mina Isidora, na área de El Callao.



Aumentar Original (jpeg, 26k)

Fonte: arquivo pessoal, julho de 2012.
Mina *Isidora*, na área de El Callao. Atividade aurífera industrial.

16 Responsável por menos de 1% do total mundial, a Venezuela é um país de pequena produção de ouro[12]. A produção na Guiana venezuelana vem aumentando desde o fim do século XX, mantendo uma quantidade entre 8 e 10 toneladas por ano desde o ano 2000[13]. Apesar do discurso que insiste sobre a prioridade da extração realizada pelo setor público nacional, cerca de dois terços da produção legal são explorados por empresas estrangeiras, principalmente russas (ver Imagens 1 e 2) e canadenses, e o terço restante é explorado pela empresa pública administrada pelo Ministério de Minas.

17 O desenvolvimento da fronteira interna da Guiana venezuelana, devido a exploração de suas riquezas minerais, é complementado por uma frente energética, também planejada pela CVG. Esse programa é integrado a uma política de energia nacional que começou a partir do início dos anos 1960, com a construção da barragem Simon Bolívar[14], o que permitiu o início da indústria siderúrgica em Ciudad Guayana. A Guayana é a região chave para a produção hidroelétrica nacional[15]. As construções hidráulicas fazem parte do programa hidrelétrico nacional do "Baixo Caroní". O "Baixo Caroní" está situado a jusante da bacia hidrográfica do Caroní, afluente da margem direita do Orinoco, cuja confluência se localiza em Ciudad Guayana.

18 Assim, a frente pioneira da Guayana, sua fronteira interna, formou-se à medida que eram criados grandes projetos de ordenamento e de desenvolvimento de uma frente pioneira mineral e industrial, cada vez mais controlada pelo Estado. Esse processo foi acompanhado pelo surgimento de dinâmicas transfronteiriças, em razão da melhoria das redes de transporte.

Redes de transporte e surgimento das dinâmicas transfronteiriças

19 A partir do início do século XX, as vias eram traçadas em função das necessidades das empresas especializadas em exploração de minérios. Naquela época, as vias e as estradas não asfaltadas predominavam tanto nas zonas rurais quanto nas várias zonas urbanizadas. O fluxo de mercadorias e pessoas aumentou ao longo dos últimos trinta anos, graças à modernização da rede viária e à abertura da fronteira com o Brasil.

20 A facilidade de acesso à fronteira com o estado brasileiro de Roraima começou quando o trecho da rota pan-americana ao sul da pequena cidade de El Callao foi asfaltado, no fim da década de 1980. Esse único eixo rodoviário principal asfaltado liga a metrópole Ciudad Guayana à cidadezinha fronteiriça de Santa Elena de Uairén, atravessando as pequenas cidades mineiras (ver Carta 1). Do lado brasileiro, a rota BR-174 foi asfaltada, no fim dos anos 1990, para ligar também à cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima[16]. É possível circular pela região e atravessar a fronteira internacional em Santa Elena de Uairén (lado venezuelano), em Pacaraima (lado brasileiro) e em cada posto de controle militar entre a cidade mineira de El Callao e a fronteira com o Brasil, ao preço de controles aduaneiros muitas vezes demorados.

21 O transporte rodoviário coletivo de passageiros acontece por meio de ônibus e táxis coletivos – *por puesto*[17] – sem garantia de conforto. As linhas de ônibus ligam as estações rodoviárias de Ciudad Guayana (Puerto Ordaz e San Félix) até a cidade fronteiriça de Santa Elena de Uairén. Depois, algumas delas seguem até Boa Vista e Manaus[18]. A insegurança das estradas, agravada nos últimos anos, vem sobretudo da pirataria rodoviária, um tipo de crime organizado, que ocorre frequentemente nas partes mais isoladas.

22 As redes elétricas, para as linhas de alta tensão de 765kV, constituem verdadeiros corredores energéticos a partir da central de Simón Bolívar, cujo interconector Santa Elena de Uairén/Boa Vista permite estabelecer uma conexão com o Brasil. "A Venezuela detém uma rede de transmissão de mais de 12.000 km (terceira posição, atrás somente do Brasil e da Argentina), com 2.100 km de linhas a 765kV (partindo da central hidrelétrica de Guri) [...]"[19]. Essa exportação de energia para o Brasil, em constante crescimento desde os anos 2000, reforça a dinâmica de cooperação econômica. Em contrapartida, não existem conexões entre Guayana e o território Essequibo.

23 O aeroporto de Puerto Ordaz, em Ciudad Guayana, é o ponto de partida dos voos regionais, em sua maioria irregulares, em direção a Gran Sabana, ou para os aeroportos e aeródromos da Guiana e dos estados brasileiros próximos, e permite acessar, em especial, acampamentos turísticos ou mineiros. Um dos locais mais populares de ecoturismo são as paisagens de formações naturais, provenientes de formações areníticas mais ou menos erodidas, em Gran Sabana. Salto Ángel, a catarata mais alta do mundo (1.000 m), é uma das principais atrações turísticas, no interior do Parque Nacional Canaima, que cobre uma grande parte de Gran Sabana (ver Mapa 1), que atrai turistas nacionais e internacionais.

24 A Guayana é considerada como um corredor que, no futuro, poderá favorecer as trocas intercontinentais entre a Amazônia brasileira e o Caribe de um lado, e entre o restante do Brasil e a Argentina do outro.

25 No entanto, essas recomposições territoriais foram perturbadas pela grande crise econômica na Venezuela, agravada pela pandemia de Covid-19.

As dinâmicas de "fronteira ativa" perturbadas

26 A retomada da exploração aurífera ocorreu no início dos anos 2000, época em que o preço mundial da onça do ouro havia aumentado. Levando em conta a política de controle de câmbio implementada na Venezuela desde 2007, a maioria dos garimpeiros, legais ou ilegais, preferiram vender sua produção a uma taxa de câmbio mais favorável (ou seja, a do mercado clandestino, que é cerca do dobro da taxa oficial)[20]. Assim, o aumento da exploração mineira não industrial ocorreu cada vez mais longe do controle público. As áreas de exploração aurífera ilegais concentram-se sobretudo nas zonas mais próximas da fronteira brasileira, nas minas de El Pauji, a oeste de Santa Elena de Uairén, ou na Serra Imataca (ver Mapa 1). A insegurança nesses lugares agravou-se nos últimos anos, devido à eclosão da crise econômica. Por exemplo, nas minas de El Pauji, as tensões entre os garimpeiros legais e os representantes da empresa pública nacional frequentemente resultam no uso de repressão militar, a pedido desta última.

27 O contrabando para o comércio do ouro aumentou, mas também o do comércio de produtos como gasolina, tanto para fazer funcionar as máquinas utilizadas na mineração do ouro quanto para os veículos dos garimpeiros no Brasil e na Guiana, que cruzam a fronteira, ou daqueles do resto da população. Tal tráfico pode, às vezes, beneficiar-se da cumplicidade de funcionários (da polícia, do exército). Além disso, as populações indígenas, principalmente os Pemons, que desenvolveram uma atividade de garimpo artesanal, controlada ou ilegal, por vezes entram em confronto com os garimpeiros vindos de Roraima ou da Guiana, que expulsam as populações indígenas de seu território. O exército intervém para conter a violência, o que às vezes resulta no aumento das disputas, que podem sair do controle e causar mortes.

28 Do ponto de vista ambiental, um desastre ecológico está afetando, em particular, as zonas onde predomina a mineração ilegal de ouro, como na Sierra Imataca, nas minas de Caura ou de El Pauji (ver Mapa 1). O desmatamento e a aceleração da erosão do solo, assim como a contaminação dos lençóis freáticos por mercúrio e, em menor grau, por cianeto, também caracterizam essa frente pioneira mineradora.

29 Além disso, desde 2015, uma parte dos habitantes do estado de Bolívar e de outros estados da Venezuela está fugindo da crítica crise econômica no país. Isso resulta em um "caráter híbrido dessa explosão migratória – entre migração econômica e forçada" (ANDRÉANI, LAPLACE, 2018, p.41). Os imigrantes, sem recursos, cruzam a fronteira para entrar em Roraima, esperando chegar em Manaus, ou outras cidades do Brasil. A partir de 2018, parte desses imigrantes tentou se instalar em Boa Vista, o que gerou uma onda de xenofobia por parte dos brasileiros. "As forças armadas foram às pressas para a fronteira norte (Roraima) depois dos episódios de tumultos violentos e incêndios dos campos de 'vagabundos'" (op. cit., p.43). Esses fluxos migratórios desesperados levaram ao crescimento de uma atmosfera de medo e insegurança.

30 Desde o início da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, a situação é ainda mais difícil, devido às precárias condições sociais e sanitárias. A dinâmica transfronteiriça foi, no entanto, retomada, no fim de janeiro de 2021, por uma cooperação humanitária entre o governo da Venezuela e o governo do Amazonas, no Brasil. Assim, um comboio de caminhões e cisternas para o transporte de oxigênio seguiu da zona industrial de Ciudad Guayana até Manaus, onde a população foi gravemente afetada pela pandemia desde junho de 2020[21], e onde as reservas de oxigênio do setor hospitalar se esgotaram.

31 Além disso, as tensões entre Guayana e o Estado da Guiana, país vizinho, foram retomadas no início de 2021. A Guiana Essequiba[22] é um território em litígio pela Venezuela e a Guiana desde 1899 (na época, colônia britânica), após uma mediação internacional. Depois, em 1966, um novo acordo foi assinado entre os países vizinhos, após a independência da Guiana no mesmo ano[23]. A parte ocidental do território Essequibo é uma "terra de ninguém", reclamada pelos dois países. A parte oriental corresponde à província Essequibo, na Guiana. A reivindicação da Venezuela é a primeira questão de relações internacionais apresentada pelo governo Maduro, em janeiro de 2021, com a criação da nova assembleia nacional bolivariana, após as eleições legislativas de dezembro de 2020[24]. O governo bolivariano deseja afirmar assim sua soberania sobre o território em litígio. Para isso, em janeiro de 2021[25], criou uma "comissão presidencial pela defesa de Essequibo". O governo da Guiana, por outro lado, reivindica o território para si. Essa realidade nos mostra os limites das possibilidades das reorganizações transfronteiriças ligadas à frente pioneira guianesa.

Conclusão

32 Destaca-se que a Guayana, e mais particularmente o estado de Bolívar, desempenha um papel crescente em uma perspectiva de abertura com o Brasil, apesar das relações tensas entre o governo brasileiro e o venezuelano[26]. Os projetos de reconciliação econômica entre as duas regiões fronteiriças (e suas metrópoles, Manaus e Ciudad Guayana), antes da grande crise econômica na Venezuela, desde os anos 2010, tinham o ambicioso objetivo de implementar uma zona franca no estado de Bolívar.

33 Além disso, a Guayana, frente pioneira extrativista, retomada pelo governo bolivariano, tem uma dimensão geoestratégica importante, em uma lógica nacional de controle de fronteiras. No entanto, a grave crise econômica desorganizou a fronteira interna em favor do aumento dos sistemas informais de regulação. Ao mesmo tempo, a Guayana Esequiba ainda constitui um desafio geoestratégico que paralisa, até hoje, todo projeto de desenvolvimento territorial na margem ocidental do Planalto das Guianas. A Guiana venezuelana ainda permanece como umas das fronteiras internas ativas com significativo potencial de desenvolvimento futuro dentro do Planalto das Guianas e da América Latina.

Bibliografia

Os DOI se acrescentam automaticamente as referências por Bilbo, a ferramenta de anotação bibliográfica. Os usários de aquelas instituições quem subscrevem a unos de nossos programas OpenEdition Freemium podem baixar as referências bibliográficas para os quais Bilbo achou um DOI.

ANDRADE MANTILLA, Aiskel. "Resiliencia ciudadana en contextos de crisis política: caso Venezuela", *Revista Guayana moderna*, n. 5, 2019, p. 64-75, disponível em: http://guayanaweb.ucab.edu.ve/revista-guayana-moderna.html

ANDRÉANI, Fabrice; LAPLACE, Lucie. "Quand la (contre-) révolution vote avec ses pieds: penser l'explosion migratoire vénézuélienne", *Hérodote*, n. 71, 2018, p. 21-44.

ARNAULD de SARTRE, Xavier. *Les fronts pionniers d'Amazonie :* les dynamiques paysannes au Brésil. Paris: CNRS éditions, 2006.

BRISSEAU-LOAIZA, Jeanine. *Le Venezuela*. Paris : P.U.F, coleção "Que sais-je? ", 1982.

CARDENAS, Antonio Luis; CASTILLO, Rubén Carpio; ESCAMILLA, Francisco. *Geografía de Venezuela*, Caracas: FEDUPEL, 2000.

CARRION, Nereida, "Impacto del uso de mercurio en la explotación de oro en los pobladores de la zona", Revista *Guayana sustentable*, n. 17, 2019, p. 32-51. Disponível em: http://guayanaweb.ucab.edu.ve/revistas-informes-ciepv.html

CORDERO, Florencia. "Manifiesto contra el Arco minero del Orinoco", Revista *Guayana sustentable*, n. 16, 2019, p. 42-55.

DE VILHENA SILVA, Gutemberg. "Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes, enjeux géopolitiques à l'interface des mondes amazoniens et caribéens", *L'Espace politique*, 2017, n° 31.

DEJOUHANET, Lucie ; PÉNÉ-ANNETTE, Anne. "Les frontières, du tracé à la 'frontiérité'", *Atlas critique de Guyane*, CNRS, 2020 p.33.

DESHAIES, Michel., "Mines et environnement dans les Amériques : les paradoxes de l'exploitation minière", *IdeAs*, 8 | Automne 2016 / Hiver 2017. Acesso em 17 mar. 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/ideas/1639
DOI : 10.4000/ideas.1639

FLEMING, Alejandro. "Essequibo : une vieille plaie entre Venezuela et Guyana", *Politique étrangère*, vol. printemps, n. 1, 2021, p. 147-159.
DOI : 10.3917/pe.211.0147

HECQUET, Vincent. "L'espace des Caraïbes : structures et enjeux économiques au début des années 2000". Guyane : INSEE *Les Cahiers Antilles*, 2005.

LE GOUILL, Claude; BOYER, Anne-Lise. "L'extractivisme minier 'depuis le Nord'. Exploitations, régulations et oppositions dans le Copper State d'Arizona", *Écologie & politique*, 2019, n. 59, p. 41-56. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-ecologie-et-politique-2019-2-page-41.htm

LE QUANG, Matthieu. "Penser l'extractivisme en Amérique latine à partir de l'écosocialisme", *Écologie & politique*, 2019, n. 59, p. 57-71. DOI: 10.3917/ecopo1.059.0057. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-ecologie-et-politique-2019-2-page-57.htm

LE TOURNEAU, Jean Michel. *Chercheurs d'or:* l'orpaillage clandestin en Guyane française. Paris: CNRS éditions, 2020.

LÉZY, Emmanuel. "La Guyane, un territoire de légendes en marge de toutes les cartes", *Cahiers des Amériques Latines*, n. 43, 2004, p. 39-65.
DOI : 10.4000/cal.7250

LÉZY, Emmanuel. *Guyane, Guyanes: une géographie "sauvage" de l'Orénoque à l'Amazone*. Paris: Belin, coleção "Mappemonde", 2000.

MANTOVANI, Emiliano Teran. "Une géographie des conflits écologiques au Venezuela : Pétro-État, crise historique et nouvelles frontières des matières premières de haute valeur", Paris: *Les Temps Modernes*, 2018, n. 697, p. 177-196.
DOI : 10.3917/ltm.697.0177

MUÑOZ OSPINO, José Enrique. "Estado Bolívar". *In*: GeoVenezuela, Geografía de la división politico-territorial del país, vol. 5. Caracas: Fundación Empresas Polar, 2008, p. 576-684.

OLIVO, Beatriz, "Geografía de la minería". *In:* GeoVenezuela, Medio humano, establecimientos y actividades, vol. 4, Caracas: Fundación Empresas Polar, 2008, p. 48-96.

PÉNÉ-ANNETTE, Anne. "Permanences et transformations des territoires miniers et industriels : l'exemple de la Guyane vénézuélienne". *In :* FOLZ, Olivier; FOURTANÉ, Nicole ; GIRAUD, Michèle (dir.). *Le Venezuela d'Hugo Chavez*: bilan de quatorze ans de pouvoir. Le monde luso-hispanophone, Presses universitaires de Nancy, 2013.

PÉNÉ-ANNETTE, Anne; PIRELA, Arnoldo; RAMOUSSE, Dider. "El Proyecto Socialista Orinoco: un nuevo territorio vinculado a la explotación petrolera en Venezuela", *Cuadernos del Cendes*, n. 80, 2012, p. 1-45. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_cc/article/view/3635.

PUENTE, José Manuel. "Histoire d'un désastre économique et social", *Les Temps Modernes*, Paris, Gallimard, 2018, n. 697, p. 197-209.
DOI : 10.3917/ltm.697.0197

THÉRY, Hervé. "Des frontières pionnières". *L'Archicube*, Association des anciens élèves, élèves et amis de l'École normale supérieure, 2012, p.194-204.
DOI : 10.20396/lobore.v8i3.204

Notas

1 Notemos que o termo "frente pioneira" é seguidamente usado de forma redutora para qualificar esse espaço de transição, onde se passa de um espaço praticamente natural a um espaço transformado para as necessidades de uma economia produtivista, muitas vezes predadora. Parece-nos mais apropriado manter, como destaca Hervé Théry, a noção de "fronteira interna", mas esclarecendo que cada uma das expressões "frente pioneira" e "fronteira interna" é centrada em uma perspectiva diferente. A nosso ver, a primeira faz mais referência a processos históricos, enquanto a segunda é mais centrada em dinâmicas territoriais.

2 As divisões administrativas atuais da Venezuela datam de 1989.

3 O estado Delta Amacuro corresponde em grande parte ao delta do Orinoco. Os estados Bolívar e Delta Amacuro representam uma superfície de 280.728 km², com, respectivamente, 240.528 km² e 40.200 km², sobre um total nacional de 916.325 km², ou cerca de um terço da superfície do país. No último recenseamento nacional de 2011, a população dos estados de Bolívar e do Delta Amacuro elevava-se a 1.578.640 habitantes (com, respectivamente, 1.413.115 e 165.525 habitantes). A partir de 2011, as populações indígenas foram contabilizadas em um recenseamento intitulado "recenseamento das comunidades indígenas", diferente do nacional. A população indígena dos estados Bolívar e Delta Amacuro era de 96.229 habitantes em 2011, com respectivamente 54.686 e 41.543 habitantes. A população indígena total da Venezuela é de 724.592, e os indígenas que vivem nos estados Bolívar e Delta Amacuro ficam em torno de 15%. (fonte: www.ine.gov.ve, dados do recenseamento de 2011).

4 A última missão em campo foi realizada em 2016. A degradação das condições de segurança no país não permitiu realizar uma missão posterior. Graças a uma rede de pesquisadores e de colaboradores, continuamos as pesquisas sobre a Guiana venezuelana, sobretudo por meio de trocas a distância, apesar do contexto extremamente difícil da Venezuela, que se agrava, desde março de 2020, em razão da pandemia de Covid-19.

5 As primeiras missões foram realizadas no âmbito de uma pesquisa de doutorado. A missão de campo de 2012 fazia parte de um programa de pesquisa ECOS-Nord coordenado, do lado francês, por Didier Ramousse (Université de Versailles UVSQ). O projeto era sobre: "Petróleo, tecido produtivo e turismo na bacia do Orinoco. Quais opções para um desenvolvimento sustentável dos territórios?", e poderia ter continuado, caso as condições de segurança tivessem melhorado.

6 CEPAL: *Comisión Económica para América Latina y el Caribe.*

7 Especialmente quando o país se tornou um dos membros fundadores da OPEP em 1960.

8 O qualificativo "bolivariano" é usado pelo governo da Venezuela desde o início da presidência de Hugo Chavez Frías, em 1999.

9 SIDOR: Empresa siderúrgica pública nacional da Venezuela, cuja implementação, no início dos anos 1950, originou o grande polo industrial de Puerto Ordaz, parte de Ciudad Guayana, onde o urbanismo é planejado. SIDOR significa *Siderúrgica del Orinoco Alfredo Maneiro* (Siderúrgica do Orinoco Alfredo Maneiro).

10 Desde junho de 2016, o Ministério de Minas da Venezuela é reconhecida como "Ministério do Poder Popular do Desenvolvimento Mineiro Ecológico", por decreto presidencial "Decreto Presidencial nº. 2350", publicado no jornal oficial (*Gaceta Oficial*) nº 40922, em 9 de junho de 2016.

11 Desde El Dorado até a fronteira, as distâncias são contadas em quilômetros, o "km 0" é o início dessa contagem; o município fronteiriço de Santa Elena de Uairén fica em torno de 15 km ao sul do "km 300".

12 Os quatro maiores produtores (África do Sul, Estados Unidos, Austrália e Peru) englobam cerca de metade da produção de ouro mundial.

13 Os dados à nossa disposição mostram a produção realizada legalmente. Entretanto, é difícil avaliar a participação da exploração ilegal, mas ela pode chegar, pelo menos, ao mesmo nível da produção legal.

14 Antes do novo nome dado pelo governo bolivariano, a barragem Simón Bolívar chamava-se barragem Guri. Com efeito, assim como as outras grandes estruturas, as barragens hidrelétricas foram rebatizadas. Dessa forma, a partir de março de 2006, a central hidroelétrica de Guri foi rebatizada Simón Bolívar, as de Macagua (I, II e III), de Antonio José de Sucre (I, II e III), e a de Caruachi, de Francisco de Miranda. Cada um desses nomes corresponde a um personagem histórico fundamental da época das lutas pela independência nacional do início do século XIX.

15 Dois terços da produção elétrica nacional da Venezuela vêm da região guianesa.

16 No Mapa 1, a figura para rede viária asfaltada cruza a fronteira e termina em uma flecha para dizer que a rota asfaltada segue até Boa Vista. Uma representação mais precisa deveria ter continuado até Boa Vista.

17 A expressão "*por puesto*" – "por assento" –, designa o transporte coletivo onde o motorista inicia seu itinerário quando o veículo está cheio; ele para na rota a pedido dos usuários.

18 Entre Ciudad Guayana e Manaus, são necessárias mais de 24h de viagem de ônibus, por uma distância de aproximadamente 1.500 km (em linha reta são em torno de 1.200 km). A distância entre Ciudad Guayana e a cidade fronteiriça de Santa Elena de Uairén é cerca de 600 km em uma viagem de aproximadamente 9h. Algumas linhas de ônibus garantem a conexão entre Caracas e Manaus, com Ciudad Guayana como primeira parada desde Caracas.

19 LEGOUY M., *L'électricité au Venezuela*, Mission économique de Caracas, fiche de synthèse, actualisation de juillet 2007, p. 2 de 5.

20 Devido ao contexto bastante sensível dessa atividade, a falta de dados estatísticos confiáveis em termos de força de trabalho ativa direta e indireta, ligada à exploração aurífera no estado de Bolívar, não permite avaliar precisamente a população ativa que trabalha nesse setor.

21 A capital do Amazonas, Manaus, situa-se a cerca de 650 km ao sul de Boa Vista. Desde o início da pandemia de Covid-19, a população do Amazonas e de Roraima foi mais afetada do que a do estado de Bolívar. A Venezuela tem, com efeito, adotado uma política sanitária bastante estrita, instaurando um primeiro confinamento imediato a partir da metade de março de 2020, diferentemente do governo brasileiro, que não implementou medidas restritivas.

22 O rio Essequibo, na Guiana, é o limite usado pelo governo venezuelano para demarcar uma zona em litígio, ainda reivindicada pelo governo. Esse território, incluído entre a fronteira oriental da Venezuela e o rio Essequibo, representa um pouco menos da metade da superfície atual da Guiana. "O litígio na zona do Essequibo impede a definição da fronteira marítima, o que congela o setor petrolífero". (HECQUET, 2005, p.30)

23 A Guiana britânica tornou-se um Estado independente, sob o nome de Guiana, permanecendo como membro do *Commonwealth*.

24 As eleições legislativas de dezembro de 2020 deram uma maioria à coalizão governamental, amplamente conduzida pelo partido PSUV. O PSUV é o *Partido Socialista Unido de Venezuela,* criado em 2007 sob a presidência de Hugo Chávez. Esse partido, majoritariamente, sustenta o governo bolivariano. O qualificativo "bolivariano", adotado pelo governo Chávez a partir de 1999, faz referência a Simón Bolívar, figura histórica e líder da independência da Venezuela no começo do século XX (personalidade que também simboliza a soberania nacional na América Latina).

25 Fonte: https://www.vtv.gob.ve/jornada-de-trabajo-comision-presidencial-defensa-del-esequibo/

26 Desde o início da presidência de Jair Bolsonaro.

Índice das ilustrações

Título: Mapa 1: a Guayana, borda fronteiriça e frente pioneira extrativista.
URL: http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/51279/img-1.jpg
Ficheiro: image/jpeg, 167k

Título: Imagem 1: Entrada de uma zona de exploração aurífera. El Callao (Estado Bolívar)
Créditos: Fonte: arquivo pessoal, julho de 2012.
URL: http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/51279/img-2.jpg
Ficheiro: image/jpeg, 497k

Título: Imagem 2: Mina Isidora, na área de El Callao.
URL: http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/51279/img-3.jpg
Ficheiro: image/jpeg, 26k

Para citar este artigo

Referência eletrónica
Anne Péné-Annette, «Fronteira interna e frente pioneira: o caso de Guayana (Guiana da Venezuela)», *Confins* [Online], Traduções, posto online no dia 03 abril 2023, consultado o 22 janeiro 2024. URL: http://journals.openedition.org/confins/51279; DOI: https://doi.org/10.4000/confins.51279

Autor

Anne Péné-Annette
Maître de Conférences en géographie, Université des Antilles (UA), anne.pene-annette@univ-antilles.fr

Artigos do mesmo autor

Introduction du dossier « Frontières et circulations dans les Guyanes » [Texto integral]
Apresentação do dossiê "Fronteiras e trânsito nas Guianas"
Introduction of the dossier "Borders and traffic in the Guyanas"
Publicado em *Confins*, 51 | 2021

Tradutor

Tradução de Débora Fialho Goulart; revisão de Patrícia Reuillard (UFRGS)

Direitos de autor

Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC-SA 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

ISSN electrónico 1958-9212

Este site utiliza cookies e dá-lhe controle sobre o que quer ativar
✓ OK, aceitar tudo
✗ Proíbe todos cookies
Personalizar
Política de Privacidade